

# ***Da boca para fora: as vozes das crianças como desafio político à acústica dos espaços públicos***

*Out of your mouth: children's voices as a political challenge to the acoustics of public spaces*

Magda Costa-Carvalho <sup>[a]</sup><sup>[b]</sup> 

Açores, Portugal

<sup>[a]</sup> Universidade dos Açores | <sup>[b]</sup> Instituto de Filosofia da Universidade do Porto

**Como citar:** COSTA-CARVALHO, Magda. *Da boca para fora: as vozes das crianças como desafio político à acústica dos espaços públicos*. *Revista de Filosofia Aurora*, Curitiba: Editora PUCPRESS, v. 37, e202532065, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/2965-1557.037.e202532065>.

## **Resumo**

A voz enquanto conjunto de sons emitidos pela laringe com o ar que sai dos pulmões é raras vezes pensada em termos políticos. O texto propõe uma reflexão sobre a agência política das crianças a partir da relevância dessa acústica da voz, afirmando que a relevância política da intervenção nos espaços públicos não se compreende se não for também considerada a dimensão sonora das suas vozes. Deste modo, as vozes das crianças surgem como dispositivo de problematização crítica do modo como nos subjetivamos politicamente e revela-se como indício para um questionamento das políticas dos espaços públicos em que qualquer voz pode ser proferida. O texto é atravessado pelas intervenções de uma menina e de um menino – Rafaella e Rafael – cujas palavras, proferidas em atividades de filosofia nas suas escolas, desafiam-nos a pensar a voz como algo que se vai fazendo e que pode (re)significar tudo. Passa-se pela cisão aristotélica entre *phoné* e *logos* enquanto marco da agência política e, com Agamben, recupera-se a infância enquanto facto inaugural da experiência política de fazer comunidade.

[a] [b] Doutora em Filosofia Contemporânea pela Universidade dos Açores, e-mail: magda.ep.teixeira@uac.pt

Chega-se, assim, à voz como diferença política e, com Adriana Cavarero e Anna Pagés, assume-se a fonética das vozes como fundamental para repensar o espaço público para além da discursividade que a tradição humanista e liberal instituiu como marca do cidadão (autónomo, racional, discursivo).

**Palavras-chave:** Voz. Infância. Vozes das crianças. Agência política. Filosofia com crianças.

## **Abstract**

*The voice as a set of sounds emitted by the larynx with the air coming out of the lungs is rarely thought of in political terms. The text proposes a reflection on the political agency of children based on the relevance of the acoustics of the voice, stating that the political relevance of intervention in public spaces cannot be understood without also considering the sound of their voices. Thus, children's voices emerge as a device for critically thinking about the way we subject ourselves politically and an index for questioning the politics of public spaces in which any voice can be uttered. The text is crossed by the interventions of a girl and a boy - Rafaella and Rafael - whose words, spoken in a philosophical activity at their schools, challenge us to think of the voice as something that is made and that can (re)signify everything. We go through the Aristotelian split between phoné and logos as a mark of political agency and, with Agamben, we recover childhood as the inaugural fact of the political experience. This brings us to the voice as a political difference and, with Adriana Cavarero and Anna Pagés, we take on the phonetics of voices as fundamental to rethinking the public space beyond the discursiveness that the humanist and liberal tradition has established as the mark of the (autonomous, rational, discursive) citizen.*

**Keywords:** Voice. Childhood. Children's voices. Political agency. Philosophy with children.

---

Este texto parte da construção política do conceito de “voz”, entendida de modo metafórico enquanto participação e de modo literal enquanto conjunto de sons emitidos pela laringe com o ar que sai dos pulmões (Cavarero, 2005). São comuns reflexões sobre a voz como um lugar político no sentido metafórico do conceito (Lundy, 2007; Taylor; Robinson, 2009; Maybin, 2012; Anderson, 2020; Weber, 2020), mas muito menos no sentido literal. Propomos, então, pensar sobre os vários sentidos políticos que habitam as vozes das crianças, afirmando que não é possível entender plenamente a relevância política da sua participação nos espaços públicos se não for também considerada a dimensão sonora das suas vozes. Focar a reflexão sobre a agência política da infância apenas numa perspectiva da voz enquanto participação conduz, necessariamente, a uma consideração redutora da própria voz. Por isso, sublinhamos que as vozes das crianças já se encontram partilhadas em qualquer comunidade política que elas habitem, ainda que o exercício das suas vocalizações esteja votado a silenciamentos ou a alguma forma de guetização (Haynes, Murriss, 2012)<sup>1</sup>. Não é porque não são escutadas (ou porque são escutadas de maneiras incompletas ou redutoras) que as vozes das crianças não fazem parte do espaço público. Elas já estão aí. Fazem indiscutivelmente parte da sociedade e da nossa vida política (Qvortrup, 2010, p. 785). E, mais do que treinar essas vozes para que sejam capazes de um exercício locutório articulado compatível com uma certa configuração histórica dos discursos políticos, talvez o que precisamos seja questionar e repensar as políticas dos espaços acústicos em que qualquer voz é proferida.

## A infância como fronteira

A ideia de *fronteira* talvez seja uma das que mais invocamos quando se trata de pensar a infância. Por um lado, pelas contínuas exclusões de que se faz a vida social das crianças (espaços em que elas não podem estar, comportamentos que elas não estão autorizadas a ter, objetos de que elas não se podem apropriar) e, por outro lado, pela nossa própria relação com esses mesmos espaços, comportamentos e objetos, enquanto simultaneamente nos autoconstituímos e subjetivamos como adultos. Seria o caso para perguntarmos: “Que relação estabelecer com nossas próprias fronteiras, com aquelas que nossa cultura criou e que definem quem é e que lugar ocupa cada um dentro dela?” (Olarieta; Silva; Gomes, 2022, p. 5). A pergunta que fazem estas autoras serve-nos de provocação para o projeto da nossa reflexão sobre a voz enquanto lugar sonoro de agência política da infância, uma vez que pretendemos pensar essas fronteiras não apenas de forma rígida como lugares de exclusão, mas dinamicamente enquanto movimentos ou experiências de questionamento crítico dos nossos próprios limites: “Como pensar as fronteiras que, ao mesmo tempo que nos separam, nos ligam à infância?” (Olarieta; Silva; Gomes, 2022, p. 5).

As crianças permanecem, assim, simultaneamente próximas e longínquas. Vivemos num tecido social e político que parece consensualmente organizado para as receber e “integrar”, mas continuamos

---

<sup>1</sup> Escrevemos este texto no eco das terríveis notícias que, em agosto de 2024, nos chegam do regime talibã do Afeganistão, segundo as quais um conjunto das chamadas “leis de moralidade” impõe (ainda mais) restrições às mulheres. Referimo-nos especificamente à regra que impede o som das vozes das mulheres seja escutado em espaços públicos, o que inclui falar, cantar, recitar ou falar para microfones. Este é, sem dúvida, um caso extremo de silenciamento político da acústica das vozes de um grupo específico de pessoas. Contudo, sabemos bem como nos regimes repressivos são diversas as características que se cruzam para constituírem fatores de exclusão, pelo que este silenciamento ganhará maior intensidade nas meninas que, além de futuras mulheres, são também crianças. É importante que o mundo se pergunte EM VOZ ALTA: que tanto podem as vozes das mulheres perturbar os espaços públicos de um país como o Afeganistão? E, trazendo o questionamento para a nossa pesquisa, que tanto podem as vozes das crianças perturbar os nossos espaços políticos?

interpelados pela resistência que as crianças constantemente oferecem aos nossos modos de pensar e de agir no espaço público. Larrosa apresenta de modo claro esta ambivalência quando afirma:

Nós sabemos o que são as crianças, ou tentamos saber, e procuramos falar uma língua que as crianças possam entender quando tratamos com elas, nos lugares que organizamos para abrigá-las. Não obstante, e ao mesmo tempo, a infância é um outro: aquilo que, sempre além de qualquer tentativa de captura, inquieta a segurança de nossos saberes, questiona o poder de nossas práticas e abre um vazio em que se abisma o edifício bem construído de nossas instituições de acolhimento. Pensar a infância como um outro é, justamente, pensar a inquietação, esse questionamento e esse vazio (Larrosa, 1998, p. 185).

Quando interagimos com as crianças – afirma o autor – procuramos um registo de controle dos discursos e das práticas. Mas quando pensamos a infância, não só encontramos um reduto esquivo, como enfrentamos um espelho crítico que nos pode devolver a nós mesmos e forçar-nos a colocar em questão os nossos modos de governo. É, por isso, importante fugirmos de uma tendência equalizadora que dissolva a alteridade da infância, o que nos convida a navegar na experiência dos nossos próprios limites históricos.

Partimos, então, da infância como projeto histórico para refletirmos com a contingência dos modos de pensar e das práticas que a constituem e significam nestes inícios do século XXI. Subscrevemos a perspectiva segundo a qual não há uma infância natural, mas antes discursos e práticas de poder que constituem “a criança” enquanto objeto (mas também sujeito) de conhecimentos, de práticas e de intervenções políticas (Hultqvist; Dahlberg, 2001, p. 2). E procuramos pensar como é que o exercício da voz reflete a produtividade desses discursos e práticas.

## Rafaella e Rafael: duas vozes

Pensar criticamente uma acústica política da voz como fronteira que, ao mesmo tempo que nos separa, também nos liga à infância, traz-nos dois episódios reais. Histórias em que duas vozes – de uma menina peruana de 15 anos e de um menino açoriano de 7 anos – reverberam em nós ao ponto de se fazerem escrita<sup>2</sup>.

A primeira é a história da Rafaella, que conhecemos e com quem conversamos em 2022, em Lima, Peru. Numa atividade de filosofia na sua escola falava-se sobre o conceito de nada. A turma conversava sobre *nada, tudo e alguma coisa*. Várias pessoas afirmavam distintas ideias e o diálogo cirandava entre frases contrárias e frases contraditórias. A conversa fazia-se nos registos da Lógica Filosófica e experimentavam-se termos de quantidade como *nada, alguma coisa, coisa nenhuma, todas as coisas*. Ao mesmo tempo, a turma da Rafaella parecia procurar um aprofundamento ontológico da discussão e ponderava a

---

<sup>2</sup> Mantivemos o nome das pessoas que protagonizam as duas histórias, depois de as termos consultado a este respeito. À Rafaella Luque e ao Rafael Mestre expressamos o nosso profundo agradecimento por tudo o que as suas vozes nos deram a pensar. Manter os seus nomes nos registos desta pesquisa é um posicionamento metodológico que consideramos fundamental, sobretudo por se tratar de pessoas cujas idades costumam ser um fator de invisibilização (através de procedimentos de anonimização). Pretendemos, assim, evitar a contradição entre o que afirmamos no texto sobre a agência política infantil e o modo como realizamos a investigação e a escrita. Suportamo-nos nos trabalhos de Despret (2011), que alerta para o chamado “efeito sem nome”, ou seja, como manter o anonimato na investigação que envolve crianças e jovens tem como efeito silenciá-las epistémica e politicamente. Também Kramer (2002) e Fernandes, N.; L. F. Souza (2020) têm insistido nos seus trabalhos que, quando não se trata de pesquisas que exponham as crianças ou que possam representar riscos reais para as suas vidas, os procedimentos de anonimização acentuam a assimetria entre os autores cujos nomes são mencionados em artigos académicos (considerados “especialistas”) e todas as outras pessoas que estiveram implicadas na pesquisa, mas cujos nomes são apagados. Respeitamos e mantivemos os cuidados necessários com todos os envolvidos na nossa pesquisa, sem que isso implique considerarmos as infâncias em termos anónimos, abstratos e generalistas.

possibilidade ou a impossibilidade de haver *nada*. Um colega da Rafaella afirmou que é possível “ter nada” e deu como exemplo a frase: “Lo perdí todo, no me queda nada.”

A escuta da voz daquele menino a afirmar “Perdi tudo, não me resta nada.” parece ter-se configurado como um ato performativo: havia no grupo uma voz que dizia que tinha perdido tudo, que não lhe restava nada. Havia uma voz que declarava não ter nada, mas ainda havia uma voz para o declarar. E foi nesse momento que a voz da Rafaella se fez ouvir: “Pero si dices ‘Lo perdí todo, no me queda nada’, te queda la voz para poder decirlo. Si dices que no te queda nada, al tener voz tienes algo que puede significar todo.”<sup>3</sup>

De imediato sentimos a interpelação da comunidade de investigação filosófica (Kennedy; Kennedy, 2012), configuração educacional em que decorria a atividade. A intervenção da voz da Rafaella parece ter significado tudo, conferindo sentido ao diálogo que tinha acontecido até ali e ao que continuou depois.

Durante os meses seguintes as anotações gráficas dessas palavras e a memória da sua vocalização foi-nos trazendo outras interpelações: *Que relevância tem, afinal, a voz? Que pertinência tem o facto de termos uma voz com a qual articulamos sons e significados? Que importância política pode ter a simples capacidade de podermos falar, mesmo que o que estejamos a dizer seja “nada”? E quando tudo se perde? Será a voz – enquanto exercício sonoro do dito e enquanto possibilidade do próprio dizer e do (re)significar – aquilo que nunca se perde?*

A nossa segunda história aconteceu com a turma do Rafael, um menino de 7 anos, durante uma atividade de filosofia na sua escola, nos Açores (Portugal). Naquele dia, falávamos sobre as palavras e os seus mistérios, sobre pensar as palavras e dizer as palavras. Um colega do Rafael perguntava quando é que as palavras descansam. Alguém dizia que as palavras descansam quando estamos roucos ou afónicos. Outras pessoas diziam que talvez fosse só quando dormimos, porque os pensamentos fazem-se com palavras mesmo que não estejamos a falar. O Lourenço ia mais longe: uma vez que podemos falar enquanto dormimos, é só o nosso cérebro que descansa. As palavras não. E a Camila seguia ligeira: as palavras só descansam quando elas não existem, depois de começarem a existir já não podem descansar mais. O Rafael parecia moderadamente afetado pelo diálogo: hesitava entre escutar o que ia sendo dito e fazer registos no seu caderno. A certa altura, levantou o braço. Quando falou, o Rafael tinha uma pergunta irrequieta na boca: “Quem é que fez a nossa voz?”

Foi uma pergunta desconcertante. Enquanto o diálogo sobre as palavras acontecia e toda a comunidade de investigação se focava no dito pelas várias vozes, no conteúdo das locuções proferidas, nos sentidos das palavras *incansadas*, o Rafael parecia ligado a algo diferente: ao próprio dizer das vozes, à materialidade inaugural que nos permitia falar. A professora da turma – tão perplexa quanto todas as outras pessoas – tentou encontrar um fio condutor entre o diálogo que o grupo mantinha até aí e a pergunta do Rafael. E perguntou qual a relação entre as palavras e a voz. E o Rafael respondeu com simplicidade: “O meu cérebro estava pensando e a gente precisa da nossa voz para falar.”

Enquanto as outras pessoas falavam sobre palavras, o Rafael ia pensando com os fluxos de ideias que apareciam no espaço acústico partilhado da comunidade. Ao dar-se conta de que pensava entre aquilo que as vozes dos colegas diziam, abriu caminho estreito entre pensar e falar, entre falar e voz. *Quem é que fez a nossa voz?*

---

<sup>3</sup> Nesta primeira referência à frase da Rafaella optamos por deixá-la no seu idioma original para respeitarmos a integridade do dito. No resto do texto, iremos traduzi-la para português.

E, novamente, a fala do Rafael ficou a ressoar em nós: *Será a voz algo que se faz? O que significa o fazer de uma voz? Não nascemos já, cada um e cada uma, com um certo timbre vocal próprio? A que voz se refere? E quem é o “nós” da pergunta do Rafael? As pessoas que estão na sua sala de aula? Crianças e adultos? Só as crianças? Qualquer ser humano? Quantos “fazedores” pode ter uma voz?*

Não nos é possível recuperar todas as circunstâncias dos diálogos que conduziram às perguntas da Rafaella e do Rafael (e talvez nem seja isso o que mais importa). Recebemo-las e elas têm feito caminhos a partir de alguns desconcertos: a afirmatividade com que ambos se colocam no grupo dos sujeitos que têm voz e dos que a pensam enquanto fundo originário de sentido e de questionamento. Esta relação entre voz e infância parece-nos um sinal irrecusável de que o debate sobre a agência política da infância não se pode fazer longe da consideração acústica dos nossos espaços e tempos públicos. E vice-versa: considerar a sonoridade das vozes não pode ser entendido como um aspecto secundário na reflexão sobre a agência política, sobretudo quando se trata de pensar como nos comportamos em espaços acústicos partilhados entre adultos e crianças.

Através dos nossos discursos e práticas subjetivamo-nos como adultas com vozes que têm o poder de subjetivar outros seres humanos como pertencentes a grupos com mais ou menos possibilidades de exprimirem as suas vozes. Quando dizemos de alguém que *é criança*, e assim nos posicionamos, em contraponto, como adultas (numa espécie de simetria em espelho), isso tem claros efeitos nas experiências acústicas que todos os implicados – nós e elas – fazem das suas próprias vozes. O facto de chamarmos a alguém “criança” é uma forma de a constituirmos enquanto um certo tipo de sujeito vocal, isto é, com uma voz construída de uma determinada forma e cujos diversos usos são considerados, por isso, legítimos ou ilegítimos consoante a normatividade subjacente aos contextos. As histórias da Rafaella e do Rafael parecem apontar nessa direção porque as suas experiências e práticas discursivas os colocam em certos espaços sonoros, inclusivamente no espaço acústico partilhado que lhes permitiu as experiências políticas do dizer e do pensar filosoficamente a voz.

## A infância entre *logos* e *phoné*

A palavra “infância” é uma palavra derivada do latim *infantia*: verbo “fari”, que significa falar. O prefixo “in” significa negação. Assim, “*infans*” significa aquele que não fala, aquele que, apesar de ter voz, não a usa de uma forma que lhe garanta ser escutado. Se pensarmos nesta origem etimológica da palavra enquanto ausência de fala, levantam-se inúmeras questões sobre a agência política das crianças. Pensemos, por exemplo, em Aristóteles que, na *Política*, liga a fundação do domínio político humano precisamente à capacidade de fala:

A razão pela qual o homem, mais do que uma abelha ou um animal gregário, é um ser vivo político em sentido pleno, é óbvia. A natureza, conforme dizemos, não faz nada ao desbarato, e só o homem, de entre todos os seres vivos, possui a palavra (*logos*). Assim, enquanto a voz (*phoné*) indica prazer ou sofrimento, e nesse sentido é também atributo de outros animais (cuja natureza também atinge sensações de dor e de prazer e é capaz de as indicar), o discurso, por outro lado, serve para tornar claro o útil e o prejudicial e, por conseguinte, o justo e o injusto. É que, perante os outros seres vivos, o homem tem as suas peculiaridades: só ele sente o bem e o mal, o justo e o injusto; é a comunidade destes sentimentos que produz a família e a cidade (1253a7-17).

O texto de Aristóteles parece claro: a voz é apresentada como um elemento fundamental para a constituição política do ser humano. Contudo, a sonoridade só por si é insuficiente. É preciso uma voz que esteja apta para um uso muito específico: uma voz que se consiga tornar palavra, que associe a sonoridade à elocução, isto é, que seja capaz de função semântica. Segundo Aristóteles, não basta ter *phoné*, mas é preciso juntar-lhe o *logos*. E este *logos* é entendido como junção entre signo e significado, suplantando os meros registos vocais *pré*, *pós* ou *para* semânticos.

Para o filósofo grego, é a passagem da *phoné* ao *logos* que permite fazer a distanciação entre comportamentos sociais (que outros animais também possuem) e uma existência política (exclusiva do ser humano). E isto significa que a voz enquanto mero registo sonoro, material, biológico, não é suficiente para que um indivíduo possa ser considerado um cidadão, um membro da *polis*. Os registos vocais assemânticos serão signos imperfeitos, traços que não têm qualquer importância por si mesmos porque não remetem a nada para além da sua acústica. Só a articulação da voz em discurso verbal possibilita ao sujeito que a profere compreender a diferença entre o justo e o injusto, entre o que deve e o que não deve fazer, em suma, entre o bem e o mal. E sem a compreensão desta distinção, não pode haver espaço político.

Neste contexto, Adriana Cavarero (2005) considera que a obra aristotélica contribuiu para uma “desvocalização” do *logos* enquanto um dos momentos inaugurais da metafísica ocidental: uma metafísica antiacústica que enfatizou apenas a atividade silenciosa da mente, tomando-a como o registo por excelência do pensamento. Em termos políticos, isso significa o silenciamento de alguns grupos nos espaços públicos, como sejam as crianças enquanto não respeitam todas as regras de uma prática articulada do discurso. Apesar das distâncias que nos possam separar de algumas linhas de uma obra como a *Política*, arriscamos a dizer que – no que toca a uma agência vocal da infância – continuamos refém das posições aristotélicas. A ideia de que as crianças possam ser “sujeitos políticos” apresenta-se, aliás, como irrisória ou absurda. Entende-se bem que as crianças sejam tratadas como sujeitos éticos e, até, existem estruturas para que lhes sejam dadas, desde muito cedo, condições para se construírem como sujeitos religiosos. Contudo, atribuir às crianças o estatuto de sujeitos políticos é ainda, para a maior parte das sociedades ocidentalizadas, tido por inconcebível.

Impõe-se novamente uma ideia de “infância” enquanto incapacidade de falar, como referência àqueles que, mesmo que possuam *phoné*, não exercem esse *phoné* a partir de um *logos* reconhecido e partilhado. Ou seja, as pessoas que não apresentem a sua voz de acordo com a articulação de um discurso. A exclusão não se aplica apenas às crianças, mas igualmente a todas as pessoas (de qualquer idade) que não dominam os códigos semânticos dos discursos políticos. Segundo o pensamento aristotélico, estão impedidos de habitar politicamente o espaço público.

Toby Rollo tem criticado o modo como a vivência política das sociedades ocidentais atuais está demasiado dependente desse uso verbal e discursivo da voz (Rollo, 2021). Sendo a política contemporânea herdeira da tradição humanista e liberal da Modernidade e das Luzes – a tradição do Contrato Social – centrada numa conceção de indivíduo autónomo e discursivo (adulto, portanto) a “voz” entendida como exercício racional articulado votou ao silêncio os grupos e os indivíduos que não façam dela o mesmo uso. Acresce, continua Rollo, que o modelo desenvolvimentista de enquadramento da infância tem contribuído para manter as crianças apagadas da intervenção num espaço público governado por um uso complexificado do discurso (a voz enquanto *logos*). Rollo introduz na discussão a hipótese de modelos de cidadania e de agência política diferenciados, para explorar a importância de pensarmos uma agência política baseada em alternativas (ou em complemento) ao discurso: “A questão não é se as crianças podem ter um emprego ou compreender uma

plataforma partidária. A questão é se os empregos e as plataformas partidárias devem esgotar as possibilidades da vida política para qualquer pessoa, jovem ou idosa.” (Rollo, 2021, p. 244).

Inventar um espaço público com outras possibilidades de agência política talvez seja uma das consequências de aceitarmos que as vozes das crianças já o habitam. Giorgio Agamben ofereceu-nos interessantes reflexões sobre alguns dos mistérios da voz, especificamente a partir da ligação entre voz e agência política. Curiosamente, são as suas reflexões sobre a infância que o conduzem a uma investigação sobre a voz, ou sobre a ausência dela que, etimologicamente, o conceito de infância sugere. Não conseguimos deixar de escutar alguns ecos aristotélicos nas palavras do filósofo, que parece recolocar o problema da *Política*:

Existe uma voz humana, uma voz que seja voz do homem como o fretenir é a voz da cigarra ou o zurro é a voz do jumento? E, caso exista, é esta voz a linguagem? Qual a relação entre voz e linguagem, entre *phoné* e *logos*? E se algo como uma voz humana não existe, em que sentido o homem pode ainda ser definido como o vivente que possui linguagem? (Agamben, 2008, p. 10).

A infância seria, para Agamben, não uma fase cronológica ou a designação de um certo estado psicossomático, mas uma experiência humana dos “limites da linguagem”, da relação entre a experiência individual da língua e a linguagem enquanto sistema global. O autor adverte que, quando fala de infância, não se trata de sair da própria linguagem para procurar os seus referentes, mas de procurar “a sua pura autorreferencialidade”, ou seja, trata-se de perguntar:

Como é possível ter experiência não de um objeto, mas da própria linguagem? E, quanto à linguagem, não desta ou daquela proposição significativa, mas do puro facto que se fale, de que haja linguagem? [...] Nos livros escritos e naqueles não escritos, eu não quis pensar obstinadamente senão uma única coisa; o que significa ‘existe linguagem’, o que significa ‘eu falo’? (Agamben, 2008, p. 12)

E talvez nas palavras de Agamben ecoe também a pergunta do Rafael (*quem fez a nossa voz?*), assim como a ideia da Rafaela (*ao teres voz, tens algo que pode significar tudo*), porque os três parecem convidar-nos a recuar até ao facto mesmo de que temos uma voz e que essa voz se pode tornar sentido discursivo. Colocam-nos, assim, na experiência da diferença entre a língua enquanto sistema e o discurso enquanto expressão individual de fala:

O hiato entre voz e linguagem (como aquele entre língua e discurso, potência e ato) pode abrir o espaço da ética e da *polis* precisamente porque não existe um *arthros*, uma articulação entre *phoné* e *logos*. [...] O espaço entre voz e *logos* é um espaço vazio [...] (Agamben, 2008, p. 16).

Agamben entende que, para o ser humano, a experiência da linguagem não é imediata, mas está sempre cindida entre a língua (que já existe) e o discurso (que aprendemos). Não nascemos já falantes e não somos sempre falantes, temos a possibilidade de construir (ou não) a nossa natureza linguística discursiva. Aqui se situa a infância. Nascemos *in-fantes*. E somos sempre *in-fantes*. Nascemos com a potencialidade para sermos discursivos, mas não nascemos discursivos. Há, por isso, uma diferença inaugural entre o humano e o linguístico: o humano e o linguístico não coincidem. A linguagem faz-se nessa não coincidência. O ser humano não fala simplesmente. O ser humano *pode* falar. E é este “pode” que constitui a descontinuidade entre humano e linguístico, o hiato estrutural entre a voz e a linguagem, entre a *phoné* e o *logos*.

Mas, ao contrário de Aristóteles, para quem a diferença entre voz e discurso é a marca da exclusão da esfera política, Agamben considera que a diferença – a *in-fância* – é a possibilidade mesma dessa esfera. O espaço da política surge precisamente porque o ser humano não é um ser já falante, porque a voz não é discurso, porque não existe uma identificação inicial entre *phoné* e *logos*, porque há descontinuidade, porque as nossas vozes são algo *que se faz*. Ou seja, o facto inaugural é o da simples possibilidade de falamos, que é sempre simultaneamente a possibilidade de não falarmos. E isto é precisamente a infância para Agamben.

E se o espaço entre *phoné* e *logos* é “um espaço vazio”, é precisamente nesse hiato que se situa o espaço para um *ethos* político. Entre *phoné* e *logos* há uma afonia: a tarefa humana – “tarefa infantil” que, enquanto seres políticos, estamos sempre a cumprir – consiste precisamente na experiência política de fazer comunidade.

Agamben retoma, assim, a condição infantil da humanidade como a voz que está sempre antes e para além da significação e da semântica. Recupera como matéria política o que Aristóteles tinha excluído da *polis*: a expressão biológica e material das sonoridades vocais. A voz humana é sempre mais do que articulação verbal e é parte integrante da dimensão linguística humana: não como a animalidade a superar, mas como possibilidade mesma do discurso.

E talvez a comunidade só se possa encontrar antes e para além dos sistemas linguísticos, porque as línguas são babélicas: separam e excluem. É na voz enquanto voz que reside o potencial de criar comunidade, mas isto implica uma experiência da voz que respeite a escuta dos outros independentemente da produção de significado que ocorre quando eles falam uma determinada língua. Não se trata, então, de superar na voz os resquícios de animalidade, mas de nos relacionarmos com a nossa dimensão linguística sem uma mediação necessária da produção de discurso com sentido (Sawczynski, 2022). Ora, somos sempre capazes de produzir sons sem significado, não apenas na infância cronológica. O que significa que a condição de possibilidade da língua enquanto tal é a possibilidade que a nossa voz sempre tem de produzir (ou não) palavras. Para Agamben, o facto de que o ser humano “não é sempre já um ser falante, mas foi e ainda é in-fante” (2008, p. 64) permite desmistificar a ideia de que a infância seja se refere apenas ao tempo cronológico em que ainda não éramos falantes, logo em que ainda não éramos sujeitos ou tínhamos agência).

A nossa dimensão política constitui-se precisamente no facto de que, subjacente ao exercício da voz (*phoné*), há uma infância constitutiva do ser humano (somos *in-fantes*). E, sendo assim, parece não fazer sentido falar de agência política deixando de fora a fonética das nossas vozes.

## A voz como diferença política

Surgiram recentemente dois estudos filosóficos sobre a fonética da voz, ambos escritos por mulheres: Adriana Cavarero, filósofa italiana, publicou em 2003 *A più voci: Per una filosofia dell'espressione vocale*; e Anna Pagés, filósofa espanhola, publicou em 2022 *Queda una voz: Del silencio a la palabra*. Ambas as obras recuperam diferentes perspetivas literárias e filosóficas sobre a voz para afirmarem a relevância política do aparelho vocal.

Se estivermos demasiado apegados a uma ideia etérea, imaterial ou meramente mental do pensamento filosófico, poderemos ser apanhados de surpresa pelos projetos de Adriana Cavarero e de Anna Pagés enquanto propostas filosóficas. Duas mulheres escrevendo sobre a dimensão política da voz enquanto materialidade sonora que preenche os nossos espaços públicos. As autoras vincam a importância dessa voz para a constituição do próprio pensamento: a filosofia não é apenas uma atividade mental silenciosa, consideram. Ela é habitada por vozes diversas, já que qualquer filósofa ou filósofo tem um timbre vocal único e distinto. Aliás, como cada um de nós, seus leitores e leitoras. Seria, assim, pacífico reconhecer que, trazendo

singularidade corpórea, a voz traria também singularidade política ao pensamento e à ação. No entanto, não parece ser assim tão óbvio e, tal como sublinham Adriana Cavarero e Anna Pagés, a filosofia ocidental manteve um silêncio incômodo sobre a voz enquanto tema e enquanto constituinte da dimensão política humana. Ou, pelo menos, dedicou-lhe um espaço menor no panteão dos seus principais temas e conceitos.

Convidamos as leitoras e os leitores a, neste momento, emprestarem as suas vozes às nossas duas autoras:

A voz situa-se na oralidade da palavra que sai da garganta. Sem voz, podemos fazer-nos entender, comunicar com a linguagem gestual, mas não dizer. Para dizer, precisamos de uma voz que ressoe, sob a forma de um blablá ou de um sussurro. Não importa se não é compreendida: o importante é que seja ouvida. A voz não é universal, mesmo que se decline conceptualmente<sup>4</sup> (Pagés, 2022, p. 23, tradução nossa).

É a sonoridade de uma garganta que permite “dizer” porque é a oralidade do aparelho fonológico que quebra a monotonia da universalidade, afirma Pagés. E logo Cavarero:

Como acontece frequentemente com o ouvido da política - e, por razões semelhantes, com o ouvido da filosofia -, raramente se esforça por perceber a voz da existência humana como única. Sintomaticamente, o que lhe escapa é precisamente essa “vibração de uma garganta de carne” que repete palavras com uma voz irrepitível. [...] A liberdade típica com que o ser humano combina as palavras nunca é índice suficiente da singularidade daquele que fala. A voz, porém, é sempre diferente de todas as outras vozes, mesmo que as palavras sejam as mesmas [...]<sup>5</sup> (Cavarero, 2005, p. 3, tradução nossa).

A voz humana constitui-se como a diferença entre a repetição do dito e o irrepitível do dizer. Criamos o nosso registo acústico *fazendo* uma voz que antes não existia (e que pode persistir mesmo quando não nos reste mais nada), repetindo as palavras dos outros numa voz *nova, inédita, diferente de todas as outras vozes* (Belo, 2018, p. 39). Mas a relevância desta singularidade parece ausente da constituição política dos nossos espaços partilhados, focados mais no conteúdo do proferido e deixando escapar o irrepitível, a unicidade, a autorrevelação, a diferença presente nas elocuições guturais de quem fala.

Assumindo, então, a fonética das vozes como lugar político através da infância originária que nos constitui enquanto seres para-além-de-linguísticos, assim como uma ideia de voz enquanto singularidade irrepitível, voltamos novamente às histórias da Rafaella e do Rafael. As suas vozes disseram-nos que temos uma voz, uma voz que se vai fazendo, e que, com essa voz, temos algo que pode significar tudo. Mesmo se mais nada nos restar. Como pensar, então, a materialização das vozes das crianças, a importância da sua acústica para a prática da agência política? E até que ponto a pergunta pela acústica das vozes das crianças nos devolve um exercício crítico sobre os modos de constituição dos nossos espaços políticos? Isto é, sobre como cada pessoa – independentemente da idade – experiencia a sua agência política? Poderá uma reflexão sobre a infância constituir então um caminho importante para a repolitização de uma acústica da voz nos nossos espaços públicos? Falamos da boca para fora?

---

<sup>4</sup> “La voz se localiza em la oralidade de la palabra que surge de la garganta. Sin voz, podemos hacernos entender, comunicarnos com lenguaje de signos, pero no decir. Para decir, hace falta una voz que resuene, em forma de blablá o de sussurro. Da igual si no se entende: lo importante es que se escuche. La voz no es universal, aunque se decline conceptualmente.”

<sup>5</sup> “As often happens with the ear of politics – and, for similar reasons, with the ear of philosophy – it rarely strains itself to perceive the voice of the human existence as unique. Symptomatically, what escapes it is precisely this ‘vibration of a throat of flesh’ that repeats words with an unrepeatable voice. [...] The typical freedom with which human beings combine words is never a sufficient index of the uniqueness of the one who speaks. The voice, however, is always different from all other voices, even if the words are the same [...]”

## Vozes políticas para além dos discursos?

O uso comum da expressão “Da boca para fora” transporta a desconsideração a que está votada a palavra apenas dita: dizer algo *da boca para fora* significa falar sem pensar ou sem atender com cuidado e seriedade ao que está sendo proferido. E pressupõe que a boca (a garganta, o aparelho fonador) é, por si só, incapaz de uma intervenção adequada ou ajuizada, sobretudo política. À mesma desconsideração estão geralmente votadas as crianças e, sobretudo, as suas vozes. Faltar-lhes-ia um uso adequado das capacidades de juízo e reflexão para que as suas vozes fossem dotadas de articulação e senso, e não apenas ditas da boca para fora.

Mas o movimento que propusemos neste texto é precisamente o inverso: rematerializar o dito, recuperar a relevância daquilo que sai da boca para fora, recordar que há algo na voz que não está na língua e que o sistema linguístico constitui uma malha demasiadamente grossa para apreender as subtilezas da singularidade dos dizeres, “como se houvesse uma vida das palavras que só está na voz” (Larrosa; Aparici, 2000, p. 42). Não se trata obviamente de reduzir a agência política a uma acústica da voz para além das palavras, mas de pensarmos o que a voz pode trazer ao pensamento e à ação política.

O caso específico da repolitização da acústica das vozes das crianças representa um exigente desafio epistémico aos nossos discursos e práticas (Murriss, 2003). Essa escuta pode interessar ao projeto de uma crítica ao adultismo enquanto preconceito da atual organização política e social do espaço público (Burman, 2022; Wall, 2022; Liebel; Meade, 2024) – pelo menos nas sociedades ocidentais –, mas também na reconfiguração da própria ideia de uma agência política *tout court*. As vozes das crianças são, por excelência, vozes moduladas permanentemente entre o gemido, o sussurro ou o grito, vozes titubeantes e vozes estrondosas que expressam a todo o instante a *corporalidade do falar*, para usarmos uma expressão de Barthes e Havas. “A voz situa-se na articulação entre o corpo e o discurso, e é nesse intervalo que o movimento de vaivém que a escuta pode realizar-se. (Barthes; Havas, 1982, p. 225).

Um exemplo paradigmático do que afirmamos será o ativismo infantil (Nishiyama, 2020; Maldonado Castañeda, 2024; Taft; O’Kane, 2024) enquanto forma muito característica de as crianças e os jovens desafiarem normas instituídas e questionarem relações de poder excludentes e opressoras. Sabemos como estas iniciativas têm sido importantes em vários domínios, de que o caso do ativismo ambiental infantil das últimas décadas será apenas o exemplo mais mediático. É, por isso, fundamental recusar que as crianças não tenham capacidade de intervir em diferentes espaços públicos, mostrando a relevância da apropriação política que podem fazer dos mesmos (não só escolas, mas ruas, praças ou espaços *online*). A isto queremos acrescentar a importância da acústica das suas vozes. É também da boca para fora que estas manifestações e intervenções acontecem, no sentido de que se fazem ouvir em diferentes tons, timbres e volumes. Há bocas e gargantas envolvidas, experienciando a voz como dispositivo político. Das crianças e de cada uma de nós.

## Agradecimentos

Esta pesquisa foi realizada no âmbito do Projeto de Investigação *escuto.te: vozes das infâncias entre a filosofia e a política*, do NICA-UAc: Núcleo Interdisciplinar da Criança e do Adolescente, da Universidade dos Açores, financiado pelo Governo dos Açores, Portugal (M1.1.C/C.S./031/2021/01). A autora agradece aos organizadores do Congresso Internacional “Think Global, Act Local: Filosofia, Educação e Desafios Ambientais”, da Escola de Educação e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, em dezembro de 2023, especialmente ao Prof. Doutor Roberto Franzini Tibaldeo, assim como ao público

presente, onde uma primeira versão deste texto foi apresentada. Por último, agradece às escolas da Rafaella e do Rafael : Colegio Jean Le Boulch, La Molina, em Lima (Perú) e Escola António Santos Botelho, pertencente à Escola Básica e Secundária Armando Côrtes-Rodrigues, Vila Franca do Campo, em S. Miguel (Açores – Portugal), ambas parceiras do projeto *escuto.te*, e aos professores Roy Uribe, José Maria Taramona e Rosário Toste, responsáveis pelas atividades de filosofia em que aconteceram as escutas de que fala o presente texto.

## Referências

- AGAMBEN, G. *Infância e história*. Destrução da experiência e origem da história. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- ANDERSON, A. P4C and Voice: does the community of philosophical inquiry provide space for children's free expression?. *Analytic Teaching and Philosophical Praxis*, v. 40, n. 2, pp. 17-31, 2020.
- BARTHES, R. A Escuta. In: BARTHES, R. *O Óbvio e o Obtuso*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982, pp. 217-229.
- BELO, F. *Seja um texto de paixão: onde se mostra que sem a filosofia não haveria Europa*. Lisboa: Edições Colibri, 2018.
- BURMAN, E. Child as method and/as childism: Conceptual-political intersections and tensions. *Children & Society*, v. 37, pp. 1021-1036, 2023.
- CAVARERO, A. *For more than one voice*. Toward a philosophy of vocal expression. Stanford: Stanford University Press, 2005.
- DESPRET, Vinciane. Fractal. *Revista de Psicologia*, v. 23, n. 1, p. 5-28, 2011.
- DELEUZE, G. O que as crianças dizem. In: *Crítica e Clínica*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1977, pp. 73-79.
- FERNANDES, N.; SOUZA, L. F. Da afonia à voz das crianças nas pesquisas: Uma compreensão crítica do conceito de voz. *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica*, v. 5, n. 15, p. 970-986, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.31892/rbpab2525-426X.2020.v5.n15.p970-986>.
- FERREIRA, E.; SILVA, M. Trilha de sons do Liceu: o Estudo da Paisagem Sonora e os desafios da educação musical na Escola Pública. *European Review of Artistic Studies*, v. 12, n. 3, pp. 63-79, 2021. DOI: <https://doi.org/10.37334/eras.v12i3.250>.
- HAYNES, J.; MURRIS, J. Escuta, hospitalidade e ensino filosófico. In: *Filosofar: aprender, ensinar*, org. Ingrid Müller Xavier e Walter Omar Kohan. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012, pp. 173-187.
- KENNEDY, D. Philosophy for Children and the Reconstruction of Philosophy. *Metaphilosophy*, v. 39, n. 4, pp. 338-359, 1999.
- HULTQVIST, K.; DAHLBERG, D. Governing the Child in the New Millennium. In: *Governing the Child in the New Millennium*. Edited by Kenneth Hultqvist and Gunilla Dahlberg, New York: Routledge, 2001, pp. 1-14.
- KENNEDY, N.; KENNEDY, D. "Community of Philosophical Inquiry as a Discursive Structure, and its Role in School Curriculum Design". In: VANSIELEGHEM, N.; KENNEDY, D. (eds.). *Philosophy for Children in Transition. Problems and Prospects*. Malden: Wiley-Blackwell, 2012, p. 97-116.

- KRAMER, S. Autoria e autorização: questões éticas na pesquisa com crianças. *Cadernos de Pesquisa*, n. 116, p. 41-59, 2002.
- LARROSA, J. *Pedagogia Profana*. Danças, piruetas e mascaradas. Rio de Janeiro: Autêntica Editora, 1998.
- LARROSA, J.; APARICI, B. Aprender de oído. El aula, el claro y la voz em María Zambrano. *Revista Educación y Pedagogía*, 12, 26-27, 2000, pp. 39-46.
- LIEBEL, Manfred; MEADE, Philip. Can school become a non-adultist institution?. *childhood & philosophy*, v. 20, pp. 01–34, 2024. DOI: <http://dx.doi.org/10.12957/childphilo.2024.81338>.
- LUNDY, L. 'Voice' is not enough: conceptualising Article 12 of the United Nations Convention on the Rights of the Child. *British Education Research Journal*, v. 33, n. 6, pp. 927-942, 2007.
- MALDONADO CASTAÑEDA, P. breaking boundaries: children activist as epistemic agents within contours of epistemic marginalisation. *childhood & philosophy*, v. 30, p. 01–22, 2024. DOI: <http://dx.doi.org/10.12957/childphilo.2024.80549>
- MAYBIN, J. Towards a sociocultural understanding of children's voice. *Language and Education*, v. 27, n. 5, pp. 383–397, 2012.
- MURRIS, K. The Epistemic Challenge of Hearing Child's voice. *Stud. Philos. Educ.*, v. 32, n. 3, pp. 245-259, 2003.
- NISHIYAMA, N. Between protection and participation: Rethinking children's rights to participate in protests on streets, online spaces, and schools. *Journal of Human Rights*, v. 19, n. 4, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1080/14754835.2020.1783523>.
- OLARIETA, B. F.; SILVA, C. F.; GOMES, L. O. infância e crianças: entre movimentos, limiares e fronteiras. *childhood & philosophy*, v. 18, p. 01–13, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.12957/childphilo.2022.69270>.
- PAGÉS, A. *Queda uma voz*. Del silencio a la palabra. Barcelona: Herder, 2022.
- QVORTRUP, J. Infância e Política. *Cadernos de Pesquisa*, v. 40, n. 141, pp. 777-792, 2010.
- ROLLO, T. Separate but equal: False equality and the political exclusion of children. *Canadian Dimension*, v. 50, n. 2, 2016.
- ROLLO, T. Democratic silence: two forms of domination in the social contract tradition. *Critical Review of International Social and Political Philosophy*, v. 24, n. 3, pp. 316-329, 2021. DOI: 10.1080/13698230.2020.1796330
- TAFT, J.; O'KANE, C. Questioning children's activism: What is new or old in theory and practice? *Children & Society*, v. 38, pp. 744–758, 2024. DOI: <http://dx.doi.org/10.1111/chso.12742>

TAYLOR, C.; ROBINSON, C. Student voice: Theorising power and participation. *Pedagogy, Culture and Society*, v. 17, n. 2, pp. 161-175, 2009. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/14681360902934392>

WALL, J. *Give Children the Vote*. On Democratizing Democracy. London: Bloomsbury, 2022.

WEBER, B. Phenomenology as a voice of childhood. *Analytic Teaching and Philosophical Praxis*, v. 40, n. 2, pp. 32-43, 2020.

---

RECEBIDO: 03/09/2024

APROVADO: 23/10/2024

PUBLICADO: 31/01/2025

RECEIVED: 09/03/2024

APPROVED: 10/23/2024

PUBLISHED: 01/31/2025